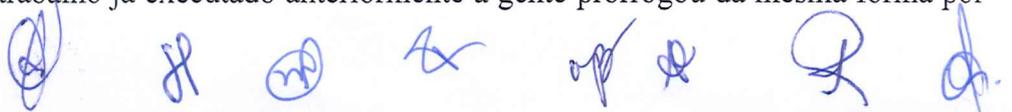
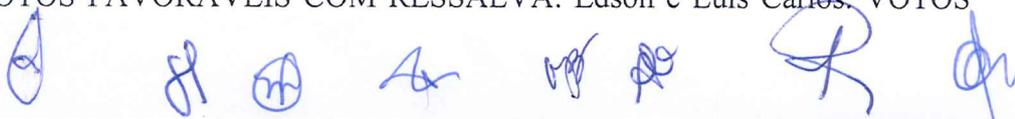


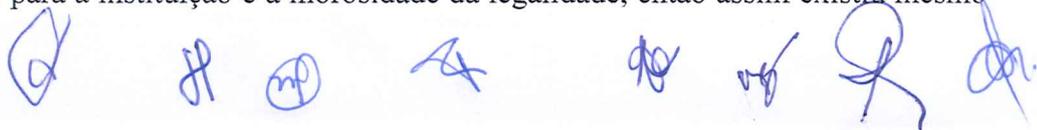
1 **ATA 641 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMUS** - Conselho Municipal de Saúde de Caraguatatuba,
2 realizada no dia **14 de junho de 2023**, às 14 horas, realizada de forma híbrida realizada de forma híbrida na
3 sala de reuniões da Secretaria de Saúde, Rua Oziel Egídio de Farias, 340 - Jaraguazinho. Conselheiros
4 presentes: Dr. Gustavo Alexey Boher Lopes (titular), Sra. Margarete Soares de Oliveira (titular), Sra.
5 Priscila Meyer (titular), Sr. Fábio de Souza Cabral (suplente); Representante das Entidades Filantrópicas –
6 Prestadora de Serviço ao SUS: Sra. Ana Lúcia Cusato de Paula (titular); Representantes das Entidades
7 Privadas Prestadoras de Serviços ao SUS: Joana D. L. Valverde Martins (titular); Representantes dos
8 Profissionais da Saúde: Sr. Elcio Barsoti Filho (titular), Marina Bellato (titular), Sra. Alexandra M. F. do
9 Nascimento (suplente); Representantes dos Conselhos Gestores das Unidades: Sr. Edson Mendes do
10 Amaral (titular), Sr. Adelson Marcelo Leite (titular); Representante de Entidades ou Associações dos
11 Aposentados do Município: Sr. Luis Carlos Gonçalves (titular); Representante dos Sindicatos ou
12 Associações Patronais do Município: Sr. Sergio Augusto Garcia (titular). Ausências justificadas: não
13 houve. Ouvintes: não houve. A reunião ordinária foi conduzida pela Presidente Priscila Meyer que confere
14 o quórum, cumprimenta os senhores Conselheiros e inicia a reunião. **Aprovação das Atas nº 638 e nº 639.**
15 **Sra. Presidente** diz indo para nossa pauta temos duas Atas a nº 638 e a nº 639, não tivemos nenhum
16 acompanhamento, alguém quer fazer algum apontamento agora relacionado a essas Atas, Ata nº 638 ela é
17 relacionada à Reunião Extraordinária de 26/04/2023 e a Ata nº 638 ela é relacionada à Reunião Ordinária
18 de 10/05/2023, alguém tem algum apontamento. Não houve resposta. **Sra. Presidente** diz podemos dar as
19 Atas nº 638 e nº 639 como aprovadas. Todos respondem sim. ATAS nº 638 e nº 639 APROVADAS.
20 **Primeira Pauta. Folhas de Pagamento de janeiro a abril de 2023.** **Sra. Presidente** diz a próxima pauta
21 é a folha de pagamento dos meses de janeiro a abril de 2023 e faz a leitura da Ata da reunião da Comissão
22 de Folha de Pagamento do dia 17/05/2023. **Sra. Presidente** diz algum membro da comissão quer fazer
23 alguma consideração em relação a essa Ata desse período de apreciação. **Sra. Margarete** diz a reunião
24 transcorreu tranquilamente, a gente não teve dúvida. **Sra. Presidente** diz alguém que quer fazer algum
25 comentário. **Sr. Edson** diz antigamente vinha um quadro que é discriminativo de setor, valores,
26 gratificações, quantitativo de funcionário, a gente não está tendo nesse momento, onde está esse quadro.
27 **Sra. Presidente** diz isso é disponibilizado para a comissão. **Sr. Edson** diz isso vinha para todos os
28 conselheiros antigamente, já vinha na folha de pagamento esse relatório, a Ata vinha com esse quadro. **Sra.**
29 **Presidente** diz já faz muito tempo que não vem esse quadro. **Sr. Edson** diz então com isso fica muito
30 longe de tudo que a gente tem que saber, a gente não tem a quantidade de funcionários mês a mês, a gente
31 não tem os valores totais da folha de pagamento por mês, quanto foi pago em cada setor e a quantidade de
32 pessoas que recebem gratificações, isso tudo se perdeu e não pode, então estão sumindo com dados que não
33 estão sendo apresentados nesse Conselho, eu quero saber quanto que é o valor mensal da folha de
34 pagamento, quanto funcionários tem em cada setor. **Sra. Presidente** diz esse quadro há muito tempo não é
35 pedido, o RH apresenta esse enquadramento todo para apresentar para a comissão. **Sra. Margarete** diz o
36 relatório é apresentado para a comissão e eu estou com todos esses dados que o **Sr. Edson** falou número de
37 funcionários, quantos funcionários recebem gratificação, mês a mês, a relação total de funcionários, a
38 relação de funcionários que foram admitidos ou que foram exonerados e demitidos no caso de CLT que é o
39 caso do dos agentes de saúde, valor de hora extra, tudo isso é apresentado mês a mês para a comissão, ele é
40 bem explicativo, agora eu não sei se isso era apresentado para o pleno porque são várias folhas, então a
41 gente olha e inclusive os últimos foram apresentados os funcionários não estavam ganhando gratificação e
42 voltou à gratificação, então isso tudo é apresentado para a comissão. **Sra. Presidente** diz podemos ver para
43 incluir um relatório bem sucinto, bem analítico, numérico para apresentar junto a Ata. **Sr. Edson** diz quero
44 perguntar para a **Sra. Margarete** se ela tem os dados da folha, pois quero saber o valor total da folha de
45 pagamento de abril e o quantitativo de funcionários que nós estávamos em abril. **Sra. Margarete** diz vou
46 levantar os valores e já passo. **Sra. Presidente** diz a **Sra. Margarete** vai informar o solicitado, então poder
47 dar a folha de pagamento como aprovada. Todos respondem sim. Folhas de Pagamento de janeiro a abril de
48 2023 APROVADAS. **Segunda Pauta. TA 15 – OSJM - prorrogação de vigência do Contrato de**
49 **Gestão 01/2020 e respectivos aditamentos por 60 dias de 19 de fevereiro de 2023 a 19 de abril de**
50 **2023.** **Sra. Presidente** diz a próxima pauta é o TA nº 15 da Organização Social João Marchesi,
51 prorrogação de vigência do contrato de gestão 01/2020 e respectivos aditamentos pelo prazo de 60 dias de
52 19 de fevereiro de 2023 a 19 de abril de 2023, é o regular ele venceu no dia 18 de fevereiro e aí nós
53 fizemos uma aditamento só por 60 dias, o plano de trabalho ainda não estava decidido qual seria o desenho
54 dele, então o mesmo plano de trabalho já executado anteriormente a gente prorrogou da mesma forma por



55 um prazo de 60 dias, não teve alteração nem de valor nem de ações ele só foi feito uma prorrogação de 60
56 dias, alguém tem alguma colocação para fazer em relação a esse aditamento. **Sra. Presidente** diz teve uma
57 reunião da comissão e essa reunião da comissão ela apreciou esses termos aditivos e faz a leitura da Ata da
58 reunião da Comissão de Contratos e Convênios. **Sr. Edson** diz nós decidimos não avaliar porque há o
59 Conselho está a fazer uma reunião para dar legalidade a uma situação que já estava acontecendo, a mesma
60 coisa agora nós então a comissão decidiu que toda vez que forem contratos já em andamento para a
61 comissão a gente não vai avaliar porque está contrário a legislação, outro ponto que eu gostaria deixar claro
62 para todo mundo para que não se tenha novamente esses atrasos desses contratos que cheguem ao conselho
63 contrariando a legislação para que se comunique o senhor secretário e o senhor prefeito municipal sobre os
64 atrasos desses contratos junto à comissão e junto ao conselho municipal para um respaldo melhor para nós
65 conselheiros que estamos também sempre junto vocês, queremos analisar tudo dentro de seu tempo, sem
66 atrasos. **Sra. Presidente** diz com todo respeito à comissão, mas ela tem uma particularidade, uma
67 obrigação dentro do Conselho, então ela não quis avaliar os Tas em execução isso é uma prerrogativa dela,
68 porém ela também contraria o que está dentro do regimento interno e na resolução do Conselho, então isso
69 é a resolução da comissão e agora você está fazendo uma proposta. **Sr. Edson** diz é o caminho correto para
70 qualquer situação o Conselho está respaldado, pois os gestores foram comunicados. **Sra. Presidente** diz a
71 comissão não deveria se eximir de avaliar os documentos e não vou discutir qual é o papel e a obrigação da
72 comissão, a comissão de análise de contratos e convênios ela é pautada numa lei federal e lá tem as
73 obrigações da lei da comissão para com ela, com certeza não estou eximindo à responsabilidade do
74 Conselho, do pleno, mas como comissão vocês têm as obrigações. **Sr. Edson** diz não analisamos porque
75 foi entregue com muito atraso. **Sra. Presidente** diz no dia da reunião os documentos estavam disponíveis e
76 vocês teriam a obrigação de avaliar, esse TA foi um aditamento de prazo e o plano de trabalho e termos do
77 contrato já haviam sido aprovados pelo Conselho anteriormente. **Sr. Fábio** diz como responsável pelo setor
78 que formaliza os contratos, a nova lei de licitações ela não obriga que os termos aditivos, já tem
79 jurisprudência sobre o assunto, que quem autoriza é a lei federal e não o Conselho, a postura da
80 administração do Aguilar ela preza pela transparência dos aditivos, então por isso, por zelo e até por
81 consideração ao Conselheiros sempre coloca para apreciação da comissão e da plenária para que eles
82 tenham ciência da execução das políticas públicas fixadas pelo próprio Conselho no início da gestão no
83 plano plurianual, falo isso como gestor, como participante do Conselho, na ocasião os membros da ocasião
84 disseram que já estava tudo em execução, que estavam com a faca no pescoço e que teriam que estar
85 avaliando de qualquer forma, então orientei que ninguém estava com a faca no pescoço e que foi feito da
86 forma correta com parecer jurídico e com todos os requisitos que a lei federal exige, contudo eu entendo a
87 comissão que não são especialistas, que são usuários e não tem essa vivencia dentro do setor público e estar
88 inseguro para estar avaliando essa situação, estou dizendo que não houve irregularidade em relação à
89 comissão, ela disse por qual razão não apreciou, não foi omissa, assumiu eventual risco dizendo que não
90 avaliaria por não estar dentro do prazo e não enxergo isso como irregularidade, da mesma forma que ela
91 pode requisitar ela pode se abster de avaliar desde que seja de forma justificada. **Sra. Presidente** diz mais
92 alguma coisa referente a esse TA. **Sr. Edson** diz como o **Sr. Fábio** falou da alteração da lei gostaria que
93 ele apresentasse essa lei para o Conselho. **Sr. Fábio** diz não é lei é jurisprudência, você pode ver nos
94 pareceres jurídicos que não há exigência para autorização do Conselho, isso já foi questionado por outros
95 municípios, pois há municípios onde o Conselho não tem boa relação com a gestão, onde essa autorização
96 poderia barrar ações de saúde, cabe ao Conselho acompanhar as ações de saúde dos planos e dar a diretriz
97 para a gente executar a nossa política pública de saúde e acompanhar a execução do que foi programado e
98 ele pode embargar ou não uma situação ou outra, não há uma obrigatoriedade de autorização do Conselho
99 para fazer um contrato ou aditamento, tanto que nenhum dos contratos administrativos tem anuência do
100 Conselho. **Sr. Edson** diz então temos que mudar o regimento já que tem esse entendimento. **Sra.**
101 **Presidente** diz a gestão prefere que continue o rito como está hoje com a apreciação do Conselho. **Sr.**
102 **Edson** diz quero pedir novamente que seja dada ciência ao secretário e ao prefeito sobre os atrasos desses
103 contratos e TAs. **Sra. Presidente** diz o secretário está na reunião e se dá como ciente como ordenador de
104 despesa da saúde. **Sr. Edson** diz e o prefeito. **Sra. Presidente** diz o secretário de saúde está presente e
105 ciente então isso não é necessário. **Sr. Edson** diz você diz isso como Presidente ou Diretora. **Sra.**
106 **Presidente** diz os dois. **Sr. Edson** diz que isso fique gravado nos anais da reunião. **Sra. Presidente** faz a
107 votação nominal. VOTOS FAVORÁVEIS: Dr. Gustavo, Margarete, Priscila, Ana Lúcia, Joana, Elcio,
108 Alexandra, Adelson, Sérgio. VOTOS FAVORÁVEIS COM RESSALVA: Edson e Luis Carlos. VOTOS



109 CONTRÁRIOS: não houve. TA nº 15 APROVADO com ressalva. **Sra. Margarete** diz respondendo a
110 pergunta do conselheiro Edison sobre a folha de pagamento, eu estou com um resumo aqui do quadrimestre
111 eu vou falar o número de funcionários, o total pago e o que foi pago com função gratificada e hora extra,
112 janeiro são 752 funcionários, um total de R\$ 4.149.385,17, fevereiro são 748 funcionários, R\$
113 4.310.731,79, março são 744 funcionários, R\$ 4.267.222,39 e abril são 744 funcionários, R\$ 4.251.161,50,
114 função gratificada janeiro 250 funcionários e o valor é 468.636,92, fevereiro 249 funcionários receberam
115 função gratificada e R\$ 470.303,02, março 245 funcionários e R\$ 456.553,71 e abril 247 funcionários e R\$
116 466.720,64, hora extra janeiro 135 funcionários receberam a hora extra no valor total de R\$ 156.118,34, em
117 fevereiro foram 79 funcionários e R\$ 116.274,45, em março 79 funcionários e R\$ 114.472,22 e em abril 59
118 funcionários e R\$ 802.53,83, nesse quadrimestre tiveram 13 exonerações ou demissão, 2 aposentadorias, 1
119 municipalização, iniciaram a atividade 10 funcionários, remoções externas foram 4 e o término de contrato
120 ou desligamento 6 funcionários. **Terceira Pauta. TA 17 – OSJM - alteração parcial no plano de
121 trabalho anexo ao Contrato de Gestão nº 01/2020, com a finalidade de autorizar o repasse no valor
122 de R\$ 4.851.813,97, no período de 29 de março de 2023 a 19 de abril de 2023, destinado à aquisição
123 de insumos e materiais necessários a realização de ações e à prestação de serviços na Atenção
124 Primária em Saúde, por meio de recursos de custeio de origem estadual (Resolução SS nº 155, de 11
125 de novembro de 2022).** **Sra. Presidente** diz próxima pauta é o TA nº 17 da Organização Social João
126 Marchesi alteração parcial no plano de trabalho anexo ao Contrato de Gestão nº 01/2020, com a finalidade
127 de autorizar o repasse no valor de R\$ 4.851.813,97, no período de 29 de março de 2023 a 19 de abril de
128 2023, destinado à aquisição de insumos e materiais necessários a realização de ações e à prestação de
129 serviços na Atenção Primária em Saúde, por meio de recursos de custeio de origem estadual (Resolução SS
130 nº 155, de 11 de novembro de 2022), referente a esse TA nós chegamos a falar dele em vários momentos
131 dentro das nossas reuniões onde nós iríamos repassar o recurso para a João Marchesi para comprar
132 medicamento e material de enfermagem e esse documento ele acabou atrasando de fato para chegar pela
133 prestação, mas o objeto dele a gente chegou a falar em vários momentos aqui no conselho e nós estaríamos
134 fazendo e de fato ele já vem sendo executado, nós tivemos vários problemas, várias situações inclusive
135 internas, reunião anterior do colegiado onde a gente discutiu esse assunto da falta de medicamentos e que
136 estava chegando, pedimos as planilhas de medicamentos e a gente fez toda uma situação em volta todos os
137 medicamentos e aí efetivamente veio o documento agora tardiamente, mas o documento efetivamente deste
138 repasse de recurso e já estava sendo executado há um tempo, alguém tem alguma dúvida sobre esse TA ou
139 quer fazer alguma observação. **Sra. Alexandra** diz não sei se vocês falaram ou eu perdi se é um recurso
140 estadual que é repassado para a João Marchesi é isso. **Sra. Presidente** diz exato. **Sra. Alexandra** diz e por
141 que comprar pela João Marchesi e não comprar pela gente. **Sra. Presidente** diz esse assunto à gente
142 chegou até discutir e já vem discutindo há uns 2, 3 meses na nossas reuniões ordinárias a questão de
143 comprovação e pelo recurso, pelo terceirizado a gente tinha um ganho de recurso, o custo era muito menor
144 e a gente até planilhou isso em alguns documentos e está dentro do processo não sei se você se apropriou
145 do termo aditivo e os pareceres tem as planilhas de buscas e foi feito um levantamento, um balizamento
146 tanto pela terceirizada como pelo poder público e aí a gente viu isso, já desde janeiro que a gente está
147 discutindo a questão do custo do valor, que existe uma economicidade comprando pelo terceirizado, pelo
148 poder público ainda tem um valor maior na hora da aquisição dos materiais. **Sra. Presidente** diz alguém
149 tem mais alguma dúvida, quer fazer alguma pergunta. **Sr. Edson** diz, nós não temos uma comissão de
150 medicamentos, então correu no mesmo erro depois que aconteceu chegou para o Conselho, então não pode
151 faltar remédio para a população, falta remédio aumenta o número de mortalidade, então está diminuindo lá
152 na prateleira do almoxarifado vamos dar um jeito de repor já, quero aproveitar agora a pertinência da
153 matéria e fazer uma cobrança para a Secretaria que até agora não chegou para gente o estoque de
154 medicamentos desse mês e não chegou também à lista dos medicamentos que estão faltando que foi
155 deliberado e tem que estar em toda reunião ordinária. **Sra. Presidente** diz se você olhar no processo ele
156 tem um delei dentro do processo por causa dos pareceres jurídico e tudo mais para gente se respaldar
157 porque estava comprando no terceiro setor e a gente ia se segurar de que a gente estaria fazendo de forma
158 correta para não ter nenhum problema principalmente com o tribunal de contas, então efetivamente dentro
159 do processo teve uma morosidade, mas até para poder respaldar, instrumentalizar o processo para gente não
160 ter problema e como o Conselho não quer problema, o secretário muito mesmo, então tem uma morosidade
161 de fato dentro do processo, o processo chegou aqui efetivamente só que também o recurso teve uma
162 morosidade em fazer o repasse para a instituição e a morosidade da legalidade, então assim existiu mesmo



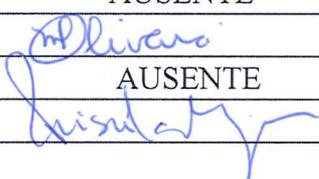
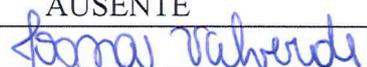
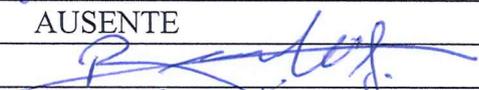
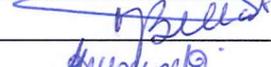
163 essa morosidade, mas até para nos respaldar, por mais que esteja faltando medicamento na prateleira tem
164 todo um cenário nacional e mundial que afetaram e depois teve a morosidade de fato efetivamente dentro
165 do município para se respaldar. **Sra. Presidente** diz os dois. **Sr. Edson** diz que isso fique gravado nos
166 anais da reunião. **Sra. Presidente** faz a votação nominal. VOTOS FAVORÁVEIS: Dr. Gustavo,
167 Margarete, Priscila, Ana Lúcia, Joana, Alexandra, Adelson, Luis Carlos, Sérgio. VOTOS FAVORÁVEIS
168 COM RESSALVA: Edson e Elcio. VOTOS CONTRÁRIOS: não houve. TA nº 17 APROVADO com
169 ressalva. **Quarta Pauta. TA 18 – OSJM - prorrogação de vigência do Contrato de Gestão 01/2020 (e**
170 **respectivos aditamentos) por 12 (doze) meses (20 de abril de 2023 a 19 de abril de 2024).** **Sra.**
171 **Presidente** diz próxima pauta é o TA 18 da Organização Social João Marchesi, prorrogação da vigência do
172 Contrato de Gestão 01/2020 por 12 meses, houve alteração de valor de um contrato para o outro, nós
173 tínhamos o TA 15 por 60 dias que estava com um valor montante de R\$ 7.720.447,44, no novo aditamento
174 que foi feito por um prazo de 12 meses onde foi feita alteração do plano de trabalho e no valor final ele
175 passou para R\$ 7.660.557,76, ou seja, teve uma economicidade de R\$ 60.000,00, teve algumas alterações,
176 serviço de ambulância, raio x, exames e carros do PSF, teve algumas diminuições nesses itens. **Sr. Edson**
177 diz sobre esses valores da economicidade, diminui o número de carros do OSJM que fazia os trabalhos das
178 unidades, eu gostaria de pedir para que revisse novamente esses valores para não dar esses problemas, que
179 desse uma olhada com atenção e revisse os valores desses carros que diminuíram, tem chegado
180 reclamações e nós do Conselho não temos como fiscalizar, pois somos poucas pessoas interessadas que
181 possa fazer como deve ser feito. **Sra. Presidente** diz chegaram algumas reclamações porque tinha um
182 veículo para cada unidade e as equipes dentro da própria unidade faziam um rodízio com esse veículo hoje
183 porque foi diminuído o número de veículos, então algumas unidades que têm poucas equipes estão
184 compartilhando, foi feita uma distribuição pelo número de equipes, a diminuição foi por ordem financeira,
185 de recurso mesmo e acabou equilibrando isso se o senhor quiser perguntar a gente pode até diante das
186 reclamações que tivemos deles estarem voltando como a gente também teve do dentista do Perequê,
187 podemos fazer alguma deliberação do Conselho se o senhor secretário entender assim e pedir para que
188 volte esse serviço porque a população está tendo problema como o serviço. **Dr. Gustavo** disse quando
189 fomos fazer o aditamento do contrato tivemos que diminuir um pouco para caber dentro do orçamento e a
190 gente procurou fazer da melhor maneira possível, mas agora há reclamações mesmo. **Sra. Presidente** diz
191 podemos fazer uma recomendação, uma sugestão ao Secretário e a Secretaria para que ele reveja com o
192 prefeito a questão do número de carros para as equipes da saúde da família, das visitas para que elas voltem
193 a ter os veículos, se é possível porque é uma questão financeira, todos concordam com isso ou querem
194 fazer algum apontamento. Todos concordam. **Sra. Presidente** faz a votação nominal. VOTOS
195 FAVORÁVEIS: Dr. Gustavo, Margarete, Priscila, Ana Lúcia, Joana, Marina, Alexandra, Adelson, Luis
196 Carlos, Sérgio. VOTOS FAVORÁVEIS COM RESSALVA: Edson e Elcio. VOTOS CONTRÁRIOS: não
197 houve. TA nº 18 APROVADO com ressalva. **Sr. Edson** diz preciso me ausentar por um compromisso e
198 gostaria que todos aceitassem que eu deixe meu voto de aprovação para os próximos TAs, mas com a
199 mesma ressalva de comunicar ao chefe do executivo os atrasos. **Quinta Pauta. TA 09 – CSSM -**
200 **prorrogação do prazo de vigência do Termo de Aditamento nº 06/2022 ao Convênio 01/2022, por 59**
201 **dias período de 01 de março de 2023 a 28 de abril de 2023.** **Sra. Presidente** diz próxima pauta TA 9 da
202 CSSM prorrogação do prazo de vigência do termo aditivo nº 6/2022 por 59 dias, esse aqui ele é só prazo
203 não tem valor, ele é uma emenda parlamentar e é só prazo de execução, a CSSM pediu um prazo maior
204 para executar o plano de trabalho referente a essa emenda parlamentar, alguém tem alguma colocação
205 referente a esse TA. Não houve resposta. **Sra. Presidente** diz podemos dar como aprovado o TA 09. Todos
206 respondem sim. TA nº 09 APROVADO. **Sexta Pauta. TA 10 – CSSM - prorrogação do Convênio nº**
207 **01/2022 pelo período de 12 (doze) meses, no período de 01 de maio de 2023 a 30 de abril de 2024.** **Sra.**
208 **Presidente** diz o TA 10 da CSSM ele é uma prorrogação do convênio regular, foi feito pelo período de 12
209 meses de 01 de maio de 2023 a 30 de abril de 2024, ele teve uma redução de valor de R\$ 35 mensais, então
210 a gente pagava anteriormente R\$ 4.104.551,21 e a partir de maio nós passamos a pagar R\$ 4.104.516,21,
211 teve alteração do plano de trabalho, a alteração feita no plano de trabalho foi à questão das cirurgias
212 eletivas, a gente diminui o número de cirurgias eletivas na Santa Casa porque a gente está tendo uma
213 oferta junto ao hospital regional de mais cirurgias eletivas, então a gente está economizando o nosso e
214 gastando do regional e com isso a gente aumentou o número de consultas de ortopedia, acrescentamos
215 nesse plano de trabalho as consultas de vascular porque o doutor Mario Montigeli pediu exoneração da
216 rede, então colocamos as consultas na CSSM, a gente também colocou as consultas de dermatologia porque



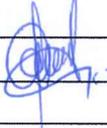
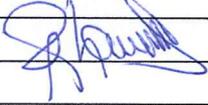
estamos com baixa disponibilidade de consultas na rede e a médica pediu exoneração da rede, então a gente diminuiu o número de cirurgias eletivas e aumentou o número de consultas de ambulatório de ortopedia, de vascular, de dermatologia e de oncologia, então a gente trocou cirurgias eletivas por consulta está com o mesmo valor e a gente só adequou o plano de trabalho, alguém tem alguma dúvida sobre isso. Não houve resposta. **Sra. Presidente** diz podemos dar como aprovado o TA 10 da CSSM. Todos respondem sim. TA nº 10 APROVADO. **Sétima Pauta. TA 11 – CSSM - prorrogação do prazo de vigência do Termo de Aditamento nº 01/2022 ao Convênio 01/2022, por 07 meses período de 01 de maio de 2023 a 30 de novembro de 2023.** **Sra. Presidente** diz próxima pauta TA 11 que é prorrogação do prazo de vigência do termo aditivo número 01/2022 por 7 meses do período de 01 de Maio a 30 de novembro também era referente a uma emenda parlamentar e a instituição também pediu prazo, como o convênio mãe terminava em abril todos os aditivos também terminaram, então vários aditivos que estavam em aberto tiveram que ser prorrogados também, alguém tem alguma dúvida. Não houve resposta. **Sra. Presidente** diz podemos dar o TA 11 como aprovado. Todos respondem que sim. TA nº 11 APROVADO. **Oitava Pauta. TA 12 – CSSM - prorrogação do prazo de vigência do Termo de Aditamento nº 04 ao Convênio 01/2022, por 12 (doze) meses, a partir de 01 de maio de 2023 até 30 de abril de 2024.** Próxima pauta é o TA 12 prorrogação de prazo do TA 4 por 12 meses a partir de 01 de Maio de 2023 a 30 de abril de 2024, é uma emenda parlamentar prorrogação de prazo sem aditivo financeiro, alguém tem alguma dúvida. Não houve resposta. **Sra. Presidente** diz podemos dar o TA 12 como aprovado. Todos respondem que sim. TA nº 12 APROVADO. **Nona Pauta. Painel COVID/Vacinação e Dengue.** **Sra. Presidente** diz próxima pauta é o Painel COVID, vacinação e dengue, quem vai apresentar para gente é a enfermeira Alexandra. Enf. Alexandra faz a apresentação. **Sra. Presidente** diz alguém quer perguntar alguma coisa. **Sra. Presidente** diz nós estamos vendo alguns casos no jornal sobre febre maculosa de alguns casos acontecendo no interior do estado com óbito, tem alguma história ou algum caso aqui na região da DRS. **Sra. Alexandra** diz por enquanto não, aqui na nossa região não. **Dr. Gustavo** diz antes de terminar a reunião gostaria de fazer um esclarecimento para vocês há umas 2 ou 3 semanas atrás a Câmara municipal me convocou para saber sobre falta de medicamentos, estive lá junto com todos os vereadores, todos presentes e eu estava justificando o porquê que está acontecendo isso e isso vem acontecendo no país inteiro, inclusive mais ainda acentuado aqui na nossa região do estado de São Paulo que é o maior consumidor e é o estado que mais fornece medicamentos e insumos para a população, então eu ouvi as reclamações dos vereadores e 100% das reclamações por falta de medicamento em um dos vereadores usou uma palavra dizendo que a saúde estava um caos e aí eu fui explicar para ele o que era caos em saúde e nós graças a Deus nós não passamos nem na pandemia aqui no município, não tivemos falta de oxigênio, nem falta de leitos, nem falta de UTI, nem falta de medicamentos, ninguém ficou no corredor internado, atendemos todas as pessoas, obviamente aconteceram óbitos que não pudemos evitar, mas nós fizemos o melhor, a saúde trabalhou ali ariscando a vida para atender e nesta última semana nós fizemos a prestação de contas do primeiro quadrimestre e para nossa grata surpresa a maioria dos vereadores estavam presentes e eles fizeram apontamentos e o principal apontamento foi sobre a falta de medicamentos nas unidade e eu disse que estava satisfeito por ter uma reclamação na saúde municipal que é a falta de medicamentos, que é uma coisa grave que precisa ter a melhor maneira de ser resolvida, que nós estamos trabalhando nisso com compras já abertas em andamento e compras a ser passadas pela licitação, então nós estamos fazendo o melhor, mas eu quero falar para vocês até para vocês passarem isso para população, Caraguatatuba não tem falta de atendimento, nós estamos cumprindo com o dever, eu e minha equipe, quero parabenizar toda equipe da saúde por tudo que tem feito junto comigo e eu estou muito satisfeito pelo trabalhado que vem sendo desenvolvido, a gente tem atendido da melhor maneira possível e nós temos a estamos estudando agora daqui a alguns meses um mutirão que foi solicitado na conferência municipal de saúde e também por esse Conselho, mutirões para atender mais a parte de especialidade e na maioria das vezes é um dever do estado, mas a gente acaba tendo que ajudar o estado que não fornece tantas vagas para nós, então só queria dizer que a gente está lutando, a gente está fazendo o melhor, o problema com medicamentos que estamos atravessando não é um problema do município de Caraguatatuba, é um problema de toda região do país inteiro, então a gente está trabalhando para minimizar o máximo possível isso e também acho que toda reunião nossa deveríamos passar algumas ideias de coisas que a gente possa fazer. **Sra. Presidente** diz alguém tem mais alguma dúvida, quer perguntar alguma coisa. **Sr. Luís** diz por um momento caiu a conexão, mas retornei a sala e ouvi da parte da fala do secretário, agradeço inclusive a presença dele, eu tenho eu tenho um comentário à gente vê várias manifestações na rede social naquilo que a gente pode a



271 gente já defende, tem algum lugar que a gente poderia já reenviar essas manifestações para que a Secretaria
 272 tomasse conta e administrasse isso. **Sra. Presidente** diz na realidade existe uma equipe da prefeitura, do
 273 gabinete do prefeito e o pessoal da comunicação, eles fazem um rastreamento nas mídias sociais e aquilo
 274 que é pertinente eles respondem, não tudo porque são muitas coisas são colocadas aleatoriamente, meias
 275 frases, podemos dizer assim, mas o pessoal da comunicação na medida do possível eles fazem isso e eles
 276 mandam sempre quando tem da saúde para responder algumas coisas e acaba redimensionada dentro da
 277 Secretaria de saúde e na própria mídia social do prefeito quando mando diretamente para o prefeito a
 278 comunicação distribuí para as secretarias pertinentes e a gente responde, então existe esse trabalho da
 279 comunicação da prefeitura, onde é respondido inbox para o munícipe. **Sr. Luis** diz eu gostaria de ter uma
 280 ação mais ativa de olha mande para tal setor ou tal canal aí tenho um feedback para poder acompanhar o
 281 assunto, eu não quero ficar naquele bate boca da rede social que eu acho que não agrega nada. **Sra.**
 282 **Presidente** diz o papel nosso institucional não é vai ficar batendo boca dentro dos dentro dos blogs, dentro
 283 dos grupos, a gente responde inbox quando é pertinente, os canais oficiais são a Ouvidoria SUS que é feito
 284 direto no site do Ministério da saúde, a Ouvidoria SUS municipal com a Sra. Laura no CEM, tem o número
 285 de telefone, tem um e-mail, tem a Ouvidoria Municipal e tem o 156 que é o nosso maior canal hoje, a nível
 286 local, de reclamação e elogios, então a gente sempre pede para que as pessoas elas façam reclamações,
 287 sugestões nos canais oficiais, são eles que nossos como instituição somos obrigados a responder. **Sr. Elcio**
 288 diz tem também as urnas da Ouvidoria SUS em todas as nossas unidades e nos nossos prestadores também.
 289 **Sra. Presidente** diz nós temos canais oficiais, mas as pessoas têm o hábito de fazer pelas mídias sociais,
 290 hoje eu acho que está mudando um pouco, pois já começa a judicializar as pessoas que falam o que
 291 querem, pessoas falam um pouco demais nas mídias sociais, pois temos uma legislação que você pode ser
 292 penalizado por falar mal de outra pessoa nas mídias sociais. **Sra. Presidente** encerra a reunião as 17h10.
 293 Eu Milena Sales Balague de Oliveira, Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde, lavrei a
 294 presente Ata que segue para leitura e aprovação de todos.

295	Dr. Gustavo Alexey Boher Lopes (titular)	
296	Sra. Derci de Fátima Andolfo (suplente)	AUSENTE
297	Sra. Margarete Soares de Oliveira (titular)	
298	Sra. Amélia Maria Ferreira (suplente)	AUSENTE
299	Sra. Priscila Meyer (titular)	
300	Sr. Fábio de Souza Cabral (suplente)	
301	Sra. Ana Lúcia Cusato de Paula (titular)	
302	Sra. Bruna Pedro (suplente)	AUSENTE
303	Sra. Joana D. L. Valverde Martins (titular)	
304	Sra. Silvia Franco Eller (suplente)	AUSENTE
305	Sr. Luis Marcelo F. Prado Soares (titular)	AUSENTE
306	Sr. Otavio da Silva Pereira (titular)	AUSENTE
307	Sr. Elcio Barsoti Filho (titular)	
308	Sra. Marina Bellato (titular)	
309	Sra. Alexandra M. Fonseca do Nascimento (suplente)	
310	Sr. Arthur Reis Caldas (suplente)	AUSENTE
311	Sra. Valeria Cristiane Rosa e Silva (suplente)	AUSENTE
312	Sr. Alex Waltersdorf (suplente)	AUSENTE
313	Sra. Júlia de Fátima Umbelino (titular)	
314	Sra. Maria José Oliveira Terra (suplente)	AUSENTE
315	Sra. Adriana Martins da Silva (titular)	AUSENTE
316	Sr. Manoel Carvalho de Araujo (suplente)	AUSENTE
317	Sra. Paula Bastos Rosa (titular)	AUSENTE
318	Sra. Gisele dos Santos Borges (suplente)	AUSENTE
319	Sra. Daniela Ferreira de Moraes (titular)	AUSENTE
320	Sra. Lucelena Aparecida Firmino (titular)	AUSENTE



321	Sra. Adila Adriana da Silva (suplente)	AUSENTE
322	Sr. Edson Mendes do Amaral (titular)	
323	Sr. Adelson Marcelo Leite (titular)	
324	Sr. Luis Carlos Gonçalves (titular)	
325	Sra. Maria Aparecida Waack (suplente)	AUSENTE
326	Sr. Sergio Augusto Garcia (titular)	
327	Sr. Yuri Belatto (suplente)	AUSENTE
328	Sra. Sandra Maria Salles Bachi (titular)	AUSENTE
329	Sra. Alessandra Aparecida Ferreira Antunes (suplente)	AUSENTE